

**ESCRITURA PARTICULAR DA 9<sup>a</sup> EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM CINCO  
SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA  
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

celebrada em 23 de março de 2011

por

**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.,**  
como *Emissora*



e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,**  
como *Agente Fiduciário*

Handwritten signature and initials.

## ÍNDICE

CLÁUSULA I	AUTORIZAÇÃO.....	5
CLÁUSULA II	REQUISITOS.....	5
2.1.	DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS.....	5
2.2.	ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS .....	5
2.3.	INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO NA JUCERJA.....	6
2.4.	REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA.....	6
CLÁUSULA III	CARACTERÍSTICAS DA 9ª EMISSÃO .....	6
3.1.	VALOR TOTAL DA EMISSÃO .....	6
3.2.	NÚMERO DE SÉRIES E QUANTIDADE DE DEBÊNTURES .....	7
3.3.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS.....	8
3.4.	NÚMERO DA EMISSÃO.....	8
3.5.	BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR .....	8
CLÁUSULA IV	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES .....	8
4.1.	COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO .....	8
4.2.	DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES .....	10
4.3.	VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES .....	10
4.4.	FORMA, CONVERSIBILIDADE, TIPO E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES .....	11
4.5.	ESPÉCIE .....	11
4.6.	PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO.....	12
4.7.	PRAZO E DATA DE VENCIMENTO.....	13
4.8.	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO.....	13
4.9.	REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES .....	14
4.10.	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO .....	15
4.11.	VENCIMENTO ANTECIPADO .....	15

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO .....	21
4.13. RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	21
4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS .....	21
4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS .....	22
4.16. LOCAL DE PAGAMENTO .....	22
4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS.....	22
4.18. PUBLICIDADE .....	23
4.19. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA .....	23
4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA .....	23
4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS.....	23
CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA .....	24
CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO .....	30
CLÁUSULA VII AGDs.....	39
CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....	41
CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES .....	43
CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS .....	45
CLÁUSULA XI FORO.....	47



**ESCRITURA PARTICULAR DA 9ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM CINCO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pela presente “*Escritura Particular da 9ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Cinco Séries, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação da Telemar Participações S.A.*” (respectivamente, a “**Escritura**”, a “**Emissão**” ou a “**Oferta**” e as “**Debêntures**”),

na qualidade de emissora,

- (i) **TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, sala 1101 (parte), Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“**CNPJ**”) sob o nº 02.107.946/0001-87, e perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) sob o nº 33300016601-7 (NIRE), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “**Emissora**” ou a “**Companhia**”); e

na qualidade de agente fiduciário,

- (ii) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CEP 20.050-005, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato devidamente representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente (o “**Agente Fiduciário**”), representando o(s) debenturista(s) da Emissão (o(s) “**Debenturista(s)**”).

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

**CLÁUSULA I**  
**AUTORIZAÇÃO**

1.1. Esta Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de março de 2011 (a “**AGE da Emissora**”), nos termos do Artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “**Lei das S.A.**”).

**CLÁUSULA II**  
**REQUISITOS**

A Emissão e a Oferta serão realizadas para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (a “**ICVM 476/09**”) e com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. **DA DISPENSA DE REGISTRO NA CVM E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS**

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (a “**Oferta Restrita**”).

2.1.2. A Emissão também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Artigo 25, Parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. **ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS**

2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, foi devidamente protocolada para registro perante a JUCERJA, sob o nº 23-2011/089557-6 e, publicada pela

Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil, de acordo com as disposições do Artigo 62, Inciso I, da Lei das S.A.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO NA JUCERJA

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (os “**Aditamentos**”) serão registrados na JUCERJA, nos termos do Artigo 62, Inciso II, da Lei das S.A.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “**SDT**”), e para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “**SND**”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “**CETIP**”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures estarão sujeitas aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando custodiadas eletronicamente no SND.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser subscritas por investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“**ICVM 409/04**” e “**Investidores Qualificados**”, respectivamente), e somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada tal Investidor Qualificado, conforme disposto no Artigo 13 da ICVM 476/09.

**CLÁUSULA III**

**CARACTERÍSTICAS DA 9ª EMISSÃO**

3.1. VALOR TOTAL DA EMISSÃO



- 6 -  
Cesf

3.1.1. O valor total da Emissão (“**Valor Total**”) é de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo alocado entre cada série compreendida na presente Emissão da seguinte forma:

- (i) R\$41.248.995 (quarenta e um milhões, duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais) para as Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo);
- (ii) R\$38.254.060 (trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, e sessenta reais) para as Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo);
- (iii) R\$35.671.212 (trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e doze reais) para as Debêntures da 3ª Série (conforme definido abaixo);
- (iv) R\$33.403.495 (trinta e três milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) para as Debêntures da 4ª Série (conforme definido abaixo); e
- (v) R\$31.422.238 (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e oito reais) para as Debêntures da 5ª Série (conforme definido abaixo).

3.2. NÚMERO DE SÉRIES E QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.2.1. A Emissão será realizada em 5 (cinco) séries (conjuntamente denominadas como “**Séries**” e, cada qual, individualmente como uma “**Série**”), cujas condições são desde já estabelecidas nesta Escritura.

3.2.2. Serão emitidas 5 (cinco) Debêntures, divididas em 5 (cinco) Séries, sendo: (i) 1 (uma) (“**Debênture da 1º Série**”); (ii) 1 (uma) (“**Debênture da 2º Série**”); (iii) 1 (uma) (“**Debênture da 3º Série**”); (iv) 1 (uma) (“**Debênture da 4º Série**”); e (v) 1 (uma) (“**Debênture da 5º Série**”).

### 3.3. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.3.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para integralização de parte de um aumento do capital social da subsidiária integral da Companhia, **Valverde Participações S.A.** (a "**SPE**"), no valor de R\$680.500.000,00 (seiscentos e oitenta milhões, e quinhentos mil reais), visando à obtenção de recursos para que a SPE subscreva e integralize ações ordinárias de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A. ("**TNLP**"), representativas de pelo menos 3,51% (três vírgula cinquenta e um por cento) do capital social total da TNLP.

### 3.4. NÚMERO DA EMISSÃO

3.4.1. Esta Escritura representa a 9ª (nona) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.5. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.5.1. O agente escriturador das Debêntures e o banco mandatário da Emissão será (i) **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 (o "**Banco Mandatário**"); e a instituição depositária das Debêntures será (ii) **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º Andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (a "**Agente Escriturador**").

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da ICVM 476/09, destinadas



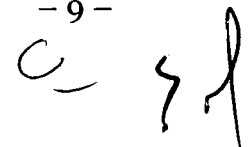
exclusivamente a Investidores Qualificados, em observância ao plano de distribuição pública das Debêntures nos termos desta Cláusula IV.

4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para as Debêntures, com a intermediação do **Banco Votorantim S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 59.588.111/0001-03, na qualidade de coordenador da Oferta (o “**Votorantim**” ou “**Coordenador**”), conforme o *Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Cinco Séries, de Emissão da Telemar Participações S.A.*, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador (“**Contrato de Colocação**”).

4.1.2. O plano de distribuição pública das Debêntures seguirá o procedimento descrito na ICVM 476/09 (“**Plano de Distribuição**”). Para tanto: (i) o Coordenador poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura; e (iii) a Garantia (conforme definido abaixo) não será reforçada pela Companhia na hipótese de deterioração ou depreciação resultante de variação do valor de mercado das ações de emissão da TNLP ou de quaisquer outros títulos e valores mobiliários então detidos pela SPE,



ressalvado, no entanto, o disposto no item 5.2 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador a nenhum Investidor Qualificado interessado em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 31 de março de 2011 (a “**Data de Emissão**”).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. cada uma das Séries compreenderá Valor Nominal Unitário distinto, conforme segue: (i) o valor nominal unitário da Debênture da 1ª Série será R\$41.248.995 (quarenta e um milhões, duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais) (“**Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série**”); (ii) o valor nominal unitário da Debênture da 2ª Série será R\$38.254.060 (trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, e sessenta reais) (“**Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série**”); (iii) o valor nominal unitário da Debênture da 3ª Série será R\$35.671.212 (trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e doze reais) (“**Valor Nominal Unitário da Debênture da 3ª Série**”); (iv) o valor nominal unitário da Debênture da 4ª Série será R\$33.403.495 (trinta e três milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) (“**Valor Nominal Unitário da Debênture da 4ª Série**”); e (v) o valor nominal unitário da Debênture da 5ª Série será R\$31.422.238 (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e oito reais) (“**Valor Nominal Unitário da Debênture da 5ª Série**”), sendo que, conjuntamente, o Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série, o Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série, o Valor Nominal Unitário da Debênture da 4ª Série e o Valor Nominal Unitário da Debênture da 5ª Série serão referidos como “**Valor Nominal Unitário**” ou “**VNU**”).

4.3.2. Adicionalmente ao disposto no item 4.3.1 acima, cada Investidor Qualificado deverá subscrever e/ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), consoante o disposto no Artigo 4º, Inciso II, da ICVM 476/09.

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE, TIPO E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato emitido pela CETIP em nome de cada titular de Debêntures.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures são da espécie com garantia real (a “**Garantia**”), representada pela alienação fiduciária da totalidade das ações, ordinárias e preferenciais de qualquer classe, de emissão da SPE (“**Alienação Fiduciária**” e “**Ações SPE**”) e que sejam detidas pela Companhia a qualquer tempo, nos termos do competente *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia*, a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, com a interveniência e anuência da SPE (“**Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia**”). O valor das Ações SPE, para qualquer fim relacionado com a Alienação Fiduciária, será obtido por meio da multiplicação entre: (i) o número de ações de emissão da TNLP da respectiva classe ou espécie, conforme o caso, detido pela SPE; e (ii) o valor médio ponderado dos últimos 60 (sessenta) pregões nos quais tenha ocorrido a negociação das ações da TNLP da respectiva classe ou espécie, conforme o caso, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.



4.5.1.1.1. A Garantia indicada acima foi devidamente aprovada pela Companhia consoante as deliberações tomadas na AGE e na reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada, respectivamente, em 15 de [março] de 2011 e 01 de março de 2011.

4.5.2. A Garantia é outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia, vigendo até a integral liquidação das obrigações previstas nesta Escritura, nos termos dos instrumentos jurídicos competentes à formalização da Garantia (compreendendo, sem limitação aqueles instrumentos de natureza societária), incluindo o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia acima. Como consequência, não haverá qualquer liberação parcial da Garantia devido ao pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) e/ou à amortização de cada uma das Séries (conforme estabelecido no item 4.8 abaixo). Adicionalmente, a Garantia não será reforçada pela Companhia na hipótese de deterioração ou depreciação resultante de variação do valor de mercado das ações de emissão da TNLP ou de quaisquer outros títulos e valores mobiliários então detidos pela SPE, ressalvado, no entanto, o disposto no item 5.2 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

4.5.3. Para satisfazer o pronto e fiel cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, a Garantia poderá ser excutida até a quitação integral das obrigações, ficando facultado ao Agente Fiduciário, na condição de representante dos titulares das Debêntures, executar a Garantia como forma de receber seu crédito, com os devidos encargos, após prévia e expressa comunicação à Companhia.

#### 4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário (o “**Preço de Subscrição**”).

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas até 31 de março de 2011 em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

G

#### 4.7. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. As Debêntures de cada uma das Séries terão prazo e data de vencimento conforme abaixo:

- (i) a Debênture da 1ª Série terá prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 31 de março de 2015 (**"Data de Vencimento da 1ª Série"**);
- (ii) a Debênture da 2ª Série terá prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 31 de março de 2016 (**"Data de Vencimento da 2ª Série"**);
- (iii) a Debênture da 3ª Série terá prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 31 de março de 2017 (**"Data de Vencimento da 3ª Série"**);
- (iv) a Debênture da 4ª Série terá prazo de vigência de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 02 de abril de 2018 (**"Data de Vencimento da 4ª Série"**); e
- (v) a Debênture da 5ª Série terá prazo de vigência de 96 (noventa e seis) meses contados da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 01 de abril de 2019 (**"Data de Vencimento da 5ª Série"**).

4.7.2. Cada data de vencimento de cada uma das Séries, conforme estabelecidas no item 4.7.1 acima, será denominada indistintamente como uma **"Data de Vencimento"** de Debêntures.

#### 4.8. AMORTIZAÇÃO

4.8.1. O Valor Nominal Unitário de cada Série será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento de cada Série (conforme indicado no item 4.7.1 acima).

#### 4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,3568% (onze inteiros vírgula três, cinco, seis, oito por cento) ao ano, calculada de forma linear com base em um ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a data da primeira integralização das Debêntures de cada uma das Séries, até a data do respectivo pagamento pela Emissora (“**Remuneração**”), em consonância com a fórmula abaixo:

$$J_i = \text{Amort}_i \times \text{FatorJuros}_i$$

onde:

**J** = valor unitário da Remuneração da respectiva série das Debêntures no final do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**Amort** = valor nominal unitário da respectiva série das Debêntures, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorJuros** = fator de juros da Remuneração, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = 0,1136 \times \frac{\text{DC}_i}{365}$$

onde:

**DC<sub>i</sub>** = número de dias corridos entre a data da primeira integralização de cada uma das séries das Debêntures e a Data de Vencimento da respectiva série, sendo “DC” um número inteiro.

Define-se “**Período de Capitalização**” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira integralização de cada uma das séries das Debêntures e termina em cada uma das Datas de Vencimento de cada Série.

#### 4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração será realizado em parcela única com relação a cada Série, em suas respectivas Datas de Vencimento.

4.10.1.1. Fará jus à Remuneração o titular de Debêntures que, no dia útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração, assim conste: (i) nos registros do Agente Escriurador; ou (ii) no comprovante de titularidade emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP

#### 4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2 a 4.11.6 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do respectivo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, devida desde a data da efetiva integralização das Debêntures, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos eventos indicados abaixo:

- (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração ou outro) prevista e assumida nesta Escritura, que não seja sanada no prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- (ii) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da comunicação do referido inadimplemento pelo Agente Fiduciário à Companhia;
- (iii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias ou dívidas, ou inadimplemento das obrigações pecuniárias, que resultem em exigibilidade da dívida, não sanado no prazo contratualmente estabelecido ou negociado entre as partes, da: (a)

Companhia ou da SPE, em valor superior, quer seja unitário ou agregado, a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (b) TNLP, em valor superior unitário, a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), valor este convertido com base na taxa de câmbio de venda do dólar norte-americano indicada no boletim de "Taxas de Câmbio e de Mercado" do Banco Central do Brasil, divulgada através do SISBACEN, transação PTAX800, Opção 5, Cotações para Contabilidade, formada e divulgada no dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou índice que vier a substituí-lo. Para fins do presente item, a Emissora deverá informar o Agente Fiduciário por escrito e previamente à expiração do prazo acordado a respeito de quaisquer negociações mantidas pela Emissora, pela SPE e/ou pela TNLP com as respectivas contrapartes nos valores indicados acima, com vistas à (re)negociação de dívidas e/ou obrigações pecuniárias de tais sociedades. Dessa forma, o Agente Fiduciário deverá ser prontamente informado de qualquer inadimplemento de obrigações pecuniárias e/ou da exigibilidade de dívidas da Companhia, da SPE e/ou da TNLP não sanados no prazo negociado com as respectivas contrapartes;

- (iv) (a) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer de suas respectivas Subsidiárias (conforme definido abaixo); (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Subsidiárias; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Subsidiárias formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Subsidiárias, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Subsidiárias. Adicionalmente, para os fins desta Escritura, as sociedades TNLP, a SPE e a Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") são denominadas, cada qual, individualmente, como uma "**Subsidiária**" e, em conjunto, como as "**Subsidiárias**";
- (v) se a Garantia convencionada para as Debêntures não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora, nos termos



desta Escritura, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se qualquer obrigação prevista no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia não seja devidamente cumprida;

- (vi) protesto de títulos contra a Companhia com valor unitário ou agregado de superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados pela Companhia em até 10 (dez) dias úteis, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário ou desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso no prazo legal;
- (vii) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado contra a Companhia que imponha obrigação de pagar em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e tal valor não seja pago em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do prazo estipulado;
- (viii) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (ix) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia, ou qualquer de suas controladas, em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação a, qualquer fusão, cisão ou incorporação sem o prévio e expreso consentimento por escrito do(s) titular(s) das Debêntures em AGD, exceto se envolvendo a Companhia com suas sociedades controladas, ou entre as sociedades controladas da Companhia e, em todo caso, não sendo permitido o envolvimento da SPE;
- (x) ocorrência das hipóteses mencionadas nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- (xi) alteração no objeto social da Companhia de forma que altere sua qualidade de *holding* controladora de sociedades concessionárias de serviços de telecomunicações;

- (xii) comprovação de que as declarações prestadas pela Companhia na Cláusula VIII, no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia são falsas, enganosas ou, em qualquer aspecto relevante, conforme informado pelo Agente Fiduciário (após decisão pelos Debenturistas), incorretas;
- (xiii) caso a Emissora não observe os seguintes índices e limites financeiros: sua Dívida Líquida deverá ser menor ou igual a: (a) R\$3.450.000.000,00 (três bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de reais) no período compreendido entre 14.12.2010 e 31.12.2011; (b) R\$2.850.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta milhões de reais) no período compreendido entre 1.1.2012 e 31.12.2013; e (3) R\$2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de reais) no período compreendido entre 1.1.2014 e a Data de Vencimento de cada Série de Debêntures.

O Agente Fiduciário verificará o atendimento dos limites indicados neste item (xiii) ao final de cada trimestre a partir do trimestre encerrado em 31.03.2011 (inclusive), em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. Para fins deste item 4.11.1 (xiii) fica certo e acordado que: (a) os montantes acima fixados serão corrigidos pelo IGPM a partir de 1 de dezembro de 2010; e (b) **“Dívida Líquida”** significa a soma, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas de curto e longo prazos da Emissora perante terceiros (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzidas da soma das disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo da Emissora;

- (xiv) não utilização dos recursos obtidos com a Emissão para as finalidades indicadas no item 3.3 acima;
- (xv) alteração direta do controle societário de qualquer das Subsidiárias da Companhia, sem aprovação prévia do(s) titular(s) das Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas (**“AGD”**), entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no

Artigo 116 da Lei das S.A., exceto (a) em relação à SPE, para qual aplica-se o disposto no item (xvi) abaixo; e (b) em caso de reorganização societária envolvendo a Companhia com suas controladas ou entre suas controladas;

(xvi) alteração, direta ou indireta, na participação societária da SPE, sem o prévio e expresso consentimento por escrito do(s) titular(s) das Debêntures em AGD; e/ou

(xvii) caso a SPE:

(a) não seja titular de ações ordinárias de emissão da TNLP que representem pelo menos 3,51% (três virgula cinquenta um por cento) do capital social total da TNLP em até 60 (sessenta) dias da Data de Emissão;

(b) não se mantenha por todo o prazo de vigência das Debêntures titular da quantidade de ações de emissão da TNLP indicada neste item; e/ou

(c) não se mantenha por todo o prazo de vigência das Debêntures titular de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários dos quais se torne titular por força do envolvimento da TNLP em qualquer operação de reestruturação societária, conforme indicado nos itens (ix) e/ou (xv) acima, *ficando desde já estabelecido que* as ações de emissão da TNLP indicadas nos itens (a) e (b) acima, bem como quaisquer outros títulos ou valores mobiliários indicados neste item (c) deverão, em qualquer hipótese, estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, constringências judiciais ou administrativas, exceto se de outra forma expressamente autorizado pelo Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

Para os fins deste item (xvii), a Companhia deverá apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo estabelecido no item (a) acima, o extrato da conta de custódia da SPE que evidencie a

Ce

titularidade de ações de emissão da TNLP em percentual correspondente, no mínimo, àquele lá indicado.

4.11.2. Para fins do item (iv) do item 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

4.11.3. A ocorrência de quaisquer eventos indicados nas alíneas (i), (iii), (iv), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xiv), (xv) e (xvi) do item 4.11.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos demais eventos previstos nas alíneas do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da AGD, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de Vencimento Antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.11.4. Na AGD mencionada no item 4.11.3 acima, que será instalada observado o quorum previsto nesta Escritura, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de cada uma das Séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. A decisão da AGD de uma das séries é independente e não vincula as outras Séries. Não obstante, o vencimento antecipado das Debêntures de uma das Séries ocasionará o vencimento antecipado da totalidade das Debêntures de todas as Séries.

4.11.5. Independentemente do disposto no item 4.11.4 acima, a não instalação das referidas AGDs por falta de quorum, verificadas após a primeira e a segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas da respectiva Série em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.11.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures de qualquer uma das Séries, nos termos deste item 4.11, o Agente Fiduciário deverá notificar imediatamente os Debenturistas da respectiva Série sobre o ocorrido e, caso os Debenturistas não se manifestem por escrito renunciando ao direito de declarar as Debêntures da respectiva Série, vencidas antecipadamente em até 5 (cinco) dias úteis contados do envio da comunicação do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, então, enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP, comunicando sobre o vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data estabelecida para o referido vencimento.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures de uma determinada Série, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário e da Remuneração de todas as Séries, acrescido dos encargos moratórios previstos no item 4.14.1 abaixo, se aplicáveis, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora ao(s) detentor(es) das Debêntures, nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura.

4.13. RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

4.13.1. A Emissão não contemplará o resgate antecipado das Debêntures de nenhuma das Séries e/ou a possibilidade de amortizações extraordinárias de Valor Nominal Unitário das Debêntures de nenhuma das Séries.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida ao(s) titular(es) das Debêntures da respectiva Série, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração da respectiva Série devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não

compensatória equivalente a 2% (dois por cento) do valor da Emissão acrescida da respectiva Remuneração à época devida; (ii) correção monetária pela taxa SELIC; e (iii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento de qualquer Debenturista de qualquer Série para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

#### 4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizer jus cada Debênture serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures, caso não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador, no mesmo dia do respectivo vencimento.

#### 4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá

prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses do(s) titular(es) das Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso ao Debenturista” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

#### 4.19. REPACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

#### 4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1 Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, tal titular da Debênture que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos deste item 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

#### 4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.6 acima, os recursos empregados por qualquer Investidor Qualificado para a subscrição das Debêntures de qualquer Série deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por

intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título.

**CLÁUSULA V**  
**OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

5.1. A Emissora obriga-se a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do diretor financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do encerramento de cada semestre: (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo período, acompanhadas de relatório de revisão dos auditores independentes; (2) declaração do diretor financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;
- (c) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela



Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures de cada Série, nos limites desta Escritura;

- (d) avisos ao(s) titular(es) das Debêntures da respectiva Série e ao Agente Fiduciário, sobre fatos relevantes, bem como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e reuniões de diretoria que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse do(s) titular(es) das Debêntures da respectiva Série relacionados com a Companhia ou com as Subsidiárias, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados; e
  - (e) informações sobre qualquer descumprimento de qualquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item (iii) abaixo;
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures de uma determinada Série, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou ao(s) Debenturista(s) da respectiva Série na forma exigida pela CVM;
  - (iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora e de suas Subsidiárias, conforme aplicáveis, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;

- (iv) cumprir, e fazer com que suas Subsidiárias cumpram, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (v) não praticar, e fazer com que suas Subsidiárias não pratiquem qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura e que afete a capacidade da Companhia ou de suas Subsidiárias, conforme aplicável, de cumprir com as obrigações pecuniárias perante os Debenturistas, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor. Para os presentes fins, ficando estabelecido que a prática de qualquer ato nos termos acima descritos deverá ser informada pela Companhia ao Agente Fiduciário tão logo quanto possível e que a determinação a respeito de sua relevância caberá ao Agente Fiduciário (após decisão dos Debenturistas);
- (vi) manter contratados, até a Data de Vencimento de todas as Séries, às suas expensas, o Agente Escriurador e Banco Mandatário, a Instituição Depositária das Debêntures e o Agente Fiduciário;
- (vii) manter e fazer com que suas Subsidiárias mantenham, sua respectiva contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na legislação societária e os princípios prescritos pela CVM (as “**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**”);
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM;
- (ix) conduzir e fazer com que suas Subsidiárias conduzam, todas as operações com partes relacionadas em valores de mercado e bases equitativas; e
- (x) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.3 desta Escritura. Para a ausência de dúvidas, a integralização de parte de um aumento de capital social da SPE a que se refere o item 3.3 acima deverá ser implementada pela Companhia na mesma data em que os recursos provenientes da integralização das Debêntures lhe sejam disponibilizados. Para os fins do presente item, fica desde já estabelecido que os recursos obtidos com a integralização das Debêntures por parte dos

Investidores Qualificados que as adquirirem no âmbito da Emissão serão retidos em uma conta especialmente aberta pela Companhia no contexto da Emissão sob a modalidade de conta vinculada até que sejam definitivamente utilizados para a implementação da integralização do aumento de capital social da SPE referido acima;

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses do(s) titular(es) das Debêntures de cada uma das Séries e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao(s) Debenturista(s) de cada uma das Séries nos termos desta Escritura.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;
- (b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, alimentação, estadia e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições, desde que previamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses do(s) titular(es) das Debêntures, desde que previamente aprovados pela Emissora e devidamente comprovados pelo Agente Fiduciário.

Ca  
- 27 -

SM

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos do(s) titular(es) das Debêntures de cada uma das Séries, que não tenha sido pago na forma do item 5.2 e 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures de cada uma das Séries na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata o item 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos do(s) titular(es) das Debêntures de cada uma das Séries.

5.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do(s) Debenturista(s) deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelo(s) Debenturista(s) e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelo(s) Debenturista(s) incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante do(s) Debenturista(s). As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelo(s) Debenturista(s), bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia do Debenturista para cobertura do risco da sucumbência.

5.3. Na medida em que as Debêntures serão admitidas à negociação em mercados regulamentados, a Emissora, sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação/regulamentação em vigor e nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 da ICVM 476/09, se obriga a:

- (i) preparar e disponibilizar ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados a partir do encerramento de cada exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a “**ICVM 358/02**”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. Adicionalmente, nos termos do Artigo 9º da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

5.5. Sem prejuízo das demais obrigações da Emissora constantes desta Escritura ou, ainda, do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações

em Garantia, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures de cada uma das Séries, a Companhia estará obrigada a:

- (i) manter válidas todas as concessões necessárias para a conclusão dos negócios de suas Subsidiárias;
- (ii) (a) manter válidas as declarações de que não há restrições regulatórias ou contratuais que impeçam a Companhia, ou suas Subsidiárias, conforme o caso, de deliberar pela distribuição da integralidade dos lucros de suas Subsidiárias, exceto conforme expressamente declarado; e (b) votar nas assembleias de suas Subsidiárias e fazer com que tais sociedades votem nas assembleias de suas respectivas sociedades controladas sempre pela distribuição de quantia que seja suficiente para que a SPE possa pagar os dividendos fixos e prioritários a que as ações preferenciais de sua emissão fazem jus;
- (iii) submeter à aprovação prévia e expressa por escrito do(s) titular(s) das Debêntures em AGD toda e qualquer alteração na política de dividendos da SPE e das demais Subsidiárias ou qualquer obrigação perante terceiros da SPE e/ou das demais Subsidiárias que possa restringir a distribuição de lucros;
- (iv) fazer com que a SPE distribua a totalidade dos dividendos gerados, incluindo dividendos intermediários ou intercalares; e
- (v) apresentar, caso solicitado, ao(s) titular(s) das Debêntures demonstrativos financeiros da Companhia e suas Subsidiárias auditados anualmente, e revisados semestralmente.

**CLÁUSULA VI**  
**AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui **Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente

Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses do(s) titular(es) das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
- (ii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, Parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“**ICVM 28/83**”) para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da ICVM 28/83;
- (vii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;
- (viii) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (ix) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5 acima, os limites de emissão previstos no Artigo 60 da Lei das S.A.;
- (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- (xii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura correspondente a uma remuneração anual de R\$15.000,00 (quinze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

6.4.2. Em caso de inadimplemento pecuniário ou não por parte da Emissora no contexto da presente Emissão, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades do Agente Fiduciário com relação à presente Emissão, pagas 5 (cinco) dias



após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora, para assessoria ao(s) Debenturista(s) em processo de renegociação das condições das Debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturista(s) e AGD; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelo(s) Debenturista(s) em AGD.

6.4.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.4.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 6.4 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

6.4.5. As parcelas de remuneração citadas no item 6.4 acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

- (i) proteger os direitos e interesses do(s) titular(es) das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
- (iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCERJA, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando o(s) Debenturista(s) acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- (xi) elaborar relatórios destinados ao(s) Debenturista(s), nos termos do Artigo 68, parágrafo primeiro, Alínea (b), da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A.:
- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortizações e pagamento da Remuneração e outros pagamentos relativos às Debêntures efetuados no período;
  - (f) verificação da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;



- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima ao(s) Debenturista(s), no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. Cada relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; (d) na CETIP; e (e) nas dependências do Coordenador, conforme indicado pelo Coordenador;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando ao Debenturista que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xiv) manter atualizadas as informações relativas ao Debenturista, incluindo seu respectivo endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador e/ou à CETIP;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar o(s) titular(es) das Debêntures no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, incluindo a notificação de que trata a Cláusula 4.11.3 acima, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável;
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (xviii) acompanhar, calcular e apurar índices e/ou limites – quer sejam financeiros, quer de outra natureza, conforme o caso –, na periodicidade prevista e conforme previsto nesta Escritura; e
- (xix) verificar a regularidade da constituição da Garantia Real referida no item 4.5 acima, e a sua exequibilidade conforme os requisitos legais então

aplicáveis, incluindo a prévia aprovação pela ANATEL nos termos dos itens 4.1(v) e 6.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses do(s) Debenturista(s) na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado no prazo legal ou estabelecido nesta Escritura:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos do(s) Debenturista(s); e
- (iv) representar o(s) Debenturista(s) em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada uma AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação do titular da Debênture.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo

agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, pelo(s) titular(es) das Debêntures, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.

6.8.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e ao(s) Debenturista(s), solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado ao(s) titular(es) das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGD especialmente convocada para tal fim, nos termos desta Escritura.

6.8.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9 da ICVM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la ao(s) Debenturista(s) em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento da 5ª Série, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## **CLÁUSULA VII**

### **AGDs**

7.1. O(s) Debenturista(s) de cada uma das Séries poderá(ão), a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão e/ou às Debêntures da sua respectiva Série mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do Artigo 71 da Lei das S.A.

7.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses do(s) Debenturista(s) da respectiva Série, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de “Aviso ao(s) Debenturista(s)”, a ser enviado a cada Debenturista conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por qualquer titular de Debêntures de cada uma das Séries que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da respectiva Série, conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

7.2.1. A convocação para cada AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à



publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.3 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista da respectiva Série que for designado pelo(s) demais Debenturista(s) da Série ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data da sua realização.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecer a totalidade do(s) titular(es) das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.5. A AGD instalar-se-á em primeira convocação mediante presença da totalidade do(s) titular(es) das Debêntures em circulação da respectiva Série e em segunda com o quórum necessário para deliberação.

7.6. Cada Debênture conferirá a seu respectivo titular o direito a deliberar em AGDs. A menos que de outra forma previsto nesta Escritura, a cada Debênture caberá um voto e as deliberações em AGD serão tomadas por Debenturistas titulares da maioria absoluta das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.6.1. Qualquer alteração: (i) na Data de Vencimento das Debêntures de cada uma das Séries; (ii) na data de pagamento de Amortizações e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; ou (iv) ao item 4.11 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas titulares de pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série.



7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura, dependerá da aprovação, seja em primeira convocação da AGE ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação da respectiva série.

7.6.3. Adicionalmente, para a ausência de dúvidas, o exercício da prerrogativa contemplada pelo item 4.11.3 acima (i.e., determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures), dependerá da aprovação de Debenturistas titulares de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série.

7.6.4. Não serão computados os votos proferidos em AGDs daqueles Debenturistas que forem empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar ao(s) titular(es) das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

## **CLÁUSULA VIII** **DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

8.1. A Emissora declara e garante ao(s) Debenturista(s) e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e o Contrato de Colocação, e a cumprir suas obrigações aqui previstas e lá previstas, tendo

sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;

- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura, a formalização do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e do Contrato de Colocação, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Subsidiárias, exceto pela Garantia indicada no item 4.5 acima;
- (v) a Emissora /ou as respectivas Subsidiárias, nesta data, detém todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora e/ou das respectivas Subsidiárias;
- (vi) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora; e
- (vii) não há restrições regulatórias ou contratuais que impeçam a Companhia de deliberar pela distribuição da integralidade dos lucros de suas sociedades controladas, exceto conforme expressamente declarado; e votará nas assembleias de suas sociedades controladas e fará com que tais

sociedades votem nas assembleias de suas respectivas sociedades controladas sempre pela distribuição máxima permitida de lucros, incluindo mediante distribuições de dividendos intermediários e/ou intercalares, ou em distribuição que seja suficiente para que a SPE possa pagar os dividendos fixos e prioritários a que as ações preferenciais de sua emissão fazem jus.

**CLÁUSULA IX**  
**NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) se para a Emissora:

**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, sala 1101 (parte), Botafogo  
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22250-040

Tel.: (21) 3873-9003  
Fax: (21) 3873-9060  
At.: José Augusto da Gama Figueira  
Email: jose.figueira@oi.net.br

(ii) se para o Agente Fiduciário:

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Rua Sete de Setembro, nº99, 24º andar  
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20050-005

Tel.: (21) 2507-1949  
Fax: (21) 2507-1949  
At: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira  
Email: [pavarini@pavarini.com.br](mailto:pavarini@pavarini.com.br)

(iii) se para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 – 10º andar  
São Paulo – SP – CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

At: Claudia Vasconcellos

Email: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

(iv) se para o Agente Escriturador:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 – 10º andar  
São Paulo – SP – CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

At: Claudia Vasconcellos

Email: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

(v) se para a CETIP:

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
CEP 01452-001, São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários



Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

Ou

Av. República do Chile, 230, 11º andar,  
CEP 20031-170, Rio de Janeiro – RJ

  
a - 44 - 

(vi) se para o Coordenador:

**BANCO VOTORANTIM S.A.**

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar  
São Paulo – SP, CEP: 04794-000

Tel.: (11) 5171-2612

Fax: (11) 5171-2656

At.: Sr. Roberto Roma

Email: [Roberto.roma@bancovotorantim.com.br](mailto:Roberto.roma@bancovotorantim.com.br)

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA X**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Outorga de Direitos. Em decorrência da operação ora pactuada, a Emissora poderá, ainda, outorgar aos Debenturistas direitos adicionais relacionados com ativos de sua propriedade, incluindo a outorga de usufruto ou outros direitos relacionados com tais ativos.

10.2. Ausência de Vínculo: Esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora e o(s) Debenturista(s), nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e

respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.



10.3. Independência das Disposições: Se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e o(s) Debenturista(s) negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.4. Renúncia: O não exercício pelo(s) Debenturista(s), pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão o(s) Debenturista(s), a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.4.1. A eventual tolerância, pelo(s) Debenturista(s), pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

10.5. Irrevogabilidade: Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e as intervenientes anuentes por si e seus sucessores a qualquer título.

Ce - 46 -



10.6. Acordo Integral: Esta Escritura de Emissão, o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e o Contrato de Colocação constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou contidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e no Contrato de Colocação. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e o(s) Debenturista(s), o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.

10.7. Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: Para os fins da presente Escritura a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pela Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"), e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os Artigos 461, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

10.8. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: As Partes e os intervenientes anuentes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e dos intervenientes anuentes e em perfeita relação de equidade.

10.9. Verificação de Veracidade: O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora.

## **CLÁUSULA XI**

### **FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.

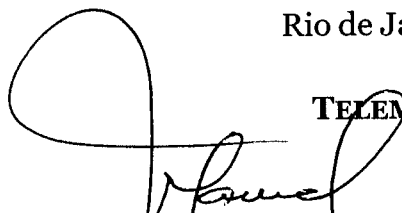
Q



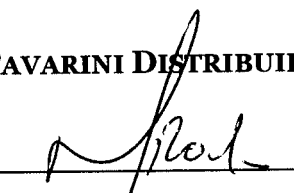

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2011


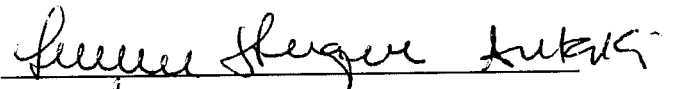
**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
\_\_\_\_\_  
José Augusto G. Figueira  
\_\_\_\_\_  
CELSON FERNANDEZ QUINTELLA  
DIRETOR

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
\_\_\_\_\_  
Marcus Venicius B. da Rocha  
CPF 961.191.807-00  
Diretor  
\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Bacha  
CPF 606.744.587-53  
Procurador

**TESTEMUNHAS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: ANA CAROLINA R. DA MOTTA  
RG: 21090890-L  
CPF: 110874827-98  
\_\_\_\_\_  
Nome: LUENE SHERIQUE ANTAKI  
RG: 118.664.043125  
CPF: 082.627.837-00